



UM CONCEITO DE DEMOCRACIA À LUZ DO PENSAMENTO DE MARILENA CHAÚÍ

DOI: 10.5281/zenodo.14561483

Reginaldo Pinho de Abreu

Professor, Advogado, Jornalista, Mestre em Ciência Política, Licenciado em História e Ciências Sociais, Graduando em Licenciatura em Música, Pós-graduado em História do Brasil e Sociedade, Direito Constitucional e Maçonologia: História e Filosofia.

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo identificar um conceito de Democracia em Marilena Chauí através da análise de algumas de suas principais obras, buscando levantar como é sistematizado a linha de pesquisa da referida autora e as contribuições que o seu trabalho tem nas discussões no campo acadêmico, como também no campo prático da tomada de posição dos seguidores de tal linha de pensamento em relação às práticas cotidianas do exercício de cidadania no Brasil. Através de um levantamento qualitativo com ênfase na pesquisa bibliográfica e documental, Vamos buscar também verificar as suas principais referências e a influência que elas têm na elaboração e defesa de suas teses.

PALAVRAS-CHAVES: Democracia, Política, Ideologia, Marxismo, luta de classes, socialismo.

ABSTRACT: This study aims to identify a concept of democracy in Marilena Chauí by analyzing some of her main works, seeking to outline how the author's line of research is systematized and the contributions her work offers to academic discussions and practical engagement. The latter includes the positions taken by followers of her thought regarding the everyday practices of exercising citizenship in Brazil. Through a qualitative approach with an emphasis on bibliographic and documentary research, we also aim to examine her main references and the influence they exert on the development and defense of her theses.

KEYWORDS: Democracy, Politics, Ideology, Marxism, Class Struggle, Socialism.

Introdução.

Natural da capital paulistana e filha do jornalista Nicolau Chauí e da professora Laura de Souza Chauí, Marilena nasceu e cresceu dentro de um ambiente onde se respirava informação e conhecimento e desde tenra idade já demonstrava uma assimilação do clima cultural em que foi educada. Seu primeiro curso superior teve início em 1960 e foi concluído em 1965, justamente um ano após os militares chegarem ao poder no Brasil através de uma junta governativa em 31 de março de 1964.

Defendeu sua dissertação de mestrado, intitulada Merleau-Ponty e a crítica do humanismo, em 1967, orientada pelo Professor Doutor Bento Prado de Almeida Ferraz Júnior.



Neste mesmo ano ela deu início ao seu doutorado na França, defendendo tese sobre o filósofo Espinosa, em 1971, também na USP, sob a orientação da Doutora Gilda Rocha de Mello e Souza. Com tese de livre docência defendida na Universidade de São Paulo em 1977, Chauí foi admitida em concurso público em 1987 para o cargo de Professora titular de Filosofia, especializando-se também em Filosofia Política e História da Filosofia moderna. Membro efetiva e Presidente da Associação Nacional de Estudos Filosóficos do século XVII, Doutora Honoris Causa pela Universidade de Paris VIII e Doutora Honoris Causa pela Universidad Nacional de Córdoba, da Argentina, a escritora tem trabalhado na elaboração e publicação de temas como ideologia, cultura, universidade pública, entre outros. Filha de um jornalista e de uma professora, a agora pós Doutora Marilena Chauí, é atualmente casada com um outro intelectual, o historiador Americano radicado no Brasil Michael Hall.

Dentre os livros que mais se destacam e que são conhecidos estão: *Cultura e Democracia*, o discurso competente e outras falas, que já está em sua 13ª edição publicada pela Cortez Editora. É a partir do conhecimento e contato com sua carreira acadêmica e de suas principais obras que se verifica a abordagem do conceito de Democracia a partir da referida autora.

Além de seus principais livros que utilizamos como referência, a escritora lançou outros títulos que foram bem recepcionados por leitores e críticos, sendo os mais conhecidos: *Repressão Sexual*, *Da Realidade sem Mistérios ao Mistério do Mundo*, *Introdução à História da Filosofia*, *Convite à Filosofia*, *A Nervura do Real*, *Simulacro e poder*, entre outros, além de dezenas de artigos e marcante presença em eventos acadêmicos e científicos e suas palestras são acessadas também através do *youtube* e outras fontes disponíveis na internet.

Os caminhos da pesquisa.

Uma vez apresentada a autora, faz-se agora necessária algumas considerações. A primeira delas é que iremos utilizar a pesquisa bibliográfica como principal característica deste trabalho, que busca também fazer uma abordagem descritiva e crítico-analítica. A segunda é que não temos a pretensão de esgotar o assunto, que pode ser analisado sob vários prismas e aspectos. Porém, vamos fazer uma abordagem que situa o conceito da autora em uma



perspectiva que contemple a sua visão sobre o objeto em contraste com a abordagem também de outros autores sobre o ambiente em que se formulam as impressões que podem responder a nossa busca por um conceito de Democracia. Sob este aspecto, o conceito que almejamos encontrar, pode ou não se apresentar de maneira direta e inteligível, tendo em vista o respeito às abordagens que serão apresentadas.

O Escritor como filho de seu tempo.

Verifica-se que a produção acadêmica e literária de Marilena Chauí têm uma forte influência dos acontecimentos que se desenrolam no período histórico onde elas são formatadas, e no caso do Brasil, há uma tendência natural de se estar contagiado pelos fatos que marcaram os últimos 50 anos de história do país e as abordagens que interpretavam à época o regime militar instaurado em 64, analisando os atores envolvidos e as causas, e trabalhando dados com uma visão que consegue ponderar os fatos que se desenrolaram, onde para os que estavam no poder era visto como um mal necessário, um esforço e uma estratégia para pôr ordem no caos em que estava mergulhando o Brasil, que poderia ser uma nova Cuba, onde quem não fosse de acordo com os ideais comunistas, ou foram fuzilados ou tiveram que fugir do país. Analisando os fatos sob outro prisma, um grupo de intelectuais, que representam a maioria nos locais de formação de opinião, fazem a leitura de que heróis da busca de uma mudança foram reprimidos, perseguidos, exilados e mortos pelos militares brasileiros, que são apresentados como torturadores e representantes da violência institucionalizada contra legítimos representantes dos interesses da maioria.

Analisando os fatos e atores dos acontecimentos políticos no Brasil nos 21 anos que se seguiram a ditadura militar implantada no Brasil, observa-se no ambiente acadêmico uma visão simpática ao socialismo, enquanto ideologia base da construção das correntes dominantes no país. Essa constatação é sentida na militância de resistência, mesmo em um cenário de censura e prisões arbitrárias. Dentro desse contexto e analisando o Brasil à luz da produção de alguns autores influentes no campo da ciência política no cenário internacional, observa-se que críticas de Tocqueville e Bobbio são amenizadas e ressignificadas em um ambiente onde qualquer crítica ao marxismo seja demodê ou sinônimo de pouca inteligência. Pareto, Fukuyama e outros, são pouco conhecidos ou, por vezes, propositalmente ignorados. Gramsci e outros



interpretes da busca da nova hegemonia são ovacionados e referenciados obrigatoriamente como importantes e indispensáveis referências bibliográficas. Por vezes, a busca do postulado científico no Brasil, se torna um verdadeiro ritual de sobrevivência de influências que de maneira paradoxal e contraditória ao princípio do método, são dadas como premissas.

Se os militares dominavam alguns setores da sociedade impondo censura à imprensa e exilando e expulsando do país Professores, músicos, pesquisadores ou qualquer cidadão que pudesse ser identificado como óbice para a proteção ao país contra um alardeado risco de uma dominação comunista, a grande maioria dos intelectuais brasileiros mantiveram uma postura de resistência travando uma guerra cultura com forte influência de táticas gramscianas de ocupação dos espaços chaves da sociedade, onde também já se verificava um cultura de cancelamento de quem não aderisse a estratégia. A esse respeito foram registradas polêmicas envolvendo artistas famosos como Wilson Simonal, Roberto Carlos e Elis Regina, que foram acusados de subserviência ao sistema. Por outro lado, artistas como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Belchior, tiveram que conviver por um longo período no exílio, só retornando ao país entre o final da década de 70 e início da década de 80 do século XX.

Os momentos que antecederam 1964 forma marcados por uma grave crise institucional, onde até mesmo representantes do poder executivo de alguns estados da federação incitavam a quebra da normalidade democrática, e o Presidente que assumiria, teria uma postura declarada de simpatia pelo regime de governo soviético, e naqueles dias de turbulência estava em visita oficial à China Comunista, dando assim, margem para a interpretação por alguns setores da sociedade de que tal situação poderia materializar-se. Tal descrição acima está bem clara em alguns autores, como também apresentada em tom romântico de revolução com aspirações legítimas, onde correntes de esquerda discutiam abertamente a luta armada como opção para chegar ao poder, embaladas pela revolução cubana, embora o país fosse uma democracia, mas João Goulart havia levado a subversão para dentro do governo. (AZEVEDO, 2012:273).

Apesar do controle momentâneo da situação com a repressão aos que abertamente, ou de maneira camuflada, pregavam mudanças estruturais através do que ficou conhecido como “reformas de base”, os Generais e o regime militar, que a priori “restabeleceram a ordem”, foram minados por baixo por uma estratégia que tem por base a cartilha gramsciana de ação, de se fazer uma revolução silenciosa a partir de estratégias que concebem a ação de intelectuais orgânicos, que seriam intelectuais que teriam formação com viés de doutrinação e seriam leais



à ação revolucionária difundindo a doutrina na qual foram orientados. Estes intelectuais chegariam a pontos-chaves da sociedade e trabalhariam uma abordagem do conhecimento a partir da simpatia declarada à ideologia marxista.

A influência da abordagem sob esse prisma partiu da dominação da organização sindical, onde os sindicatos adotaram o princípio da luta de classes como premissa, diferente da concepção de organização sindical norte-americana e de parte da Europa, mais propositiva e que não tem como fator predominante em sua atuação a afirmação com um tom dogmático do início do primeiro parágrafo do livro “O manifesto comunista”, que assevera: “A história de todas as sociedades que já existiram é a história da luta de classes”. (MARX, 1998:09). Partiram também da Igreja Católica, a partir do Concílio Vaticano II, através de suas pastorais, comunidades eclesiais de base e as ligas camponesas, que chegaram até mesmo ao conflito armado de guerrilhas, tendo enfrentamentos diretos com as tropas do exército, sendo que um dos episódios mais conhecidos foram os embates entre exército e membros da guerrilha do Araguaia.

Um livro de autoria de Mairon Escorsi Valério, o autor chega a propor uma significação religiosa para a transformação do homem do campo em busca de reforma agrária em guerrilheiro. Com o título: Entre a cruz e a foice, e o subtítulo: Dom Pedro Casadálga e a significação religiosa do Araguaia, o autor discorre que o objetivo do livro é entender tal processo a partir da Teologia da libertação, ocorrido em São Félix do Araguaia durante os anos 1970, que colocou o Bispo da recém-criada Prelazia, no centro das tensões políticas envolvendo Igreja e Ditadura militar. (VALÉRIO, 2012:17). A Teologia da Libertação, citada na obra de Valério, é um movimento teológico que tem por base a ideologia marxista e chegou a ser formalmente condenada pelo Vaticano, quando o então Cardeal Ratzinger, que posteriormente foi aclamado Papa Bento XVI, conduziu um processo na Congregação para a doutrina da fé, sendo que um de seus principais expoentes no Brasil e América Latina, o religioso Leonardo Boff, foi condenado ao “Silêncio obsequioso”, uma punição prevista no código canônico.

Para o Professor Felipe Aquino, a teologia da libertação surgiu, mais especificamente, na América Latina na década de 60 e ganhou adeptos, principalmente nas Comunidades Eclesiais de Base. Segundo o escritor, apresentador, radialista e professor, nascido em Lorena, interior de São Paulo, em 1949 e que também apresenta programas religiosos em rede nacional na Rádio Canção Nova e na TV Canção Nova, a partir dos anos 80 foi possível entender mais



de perto a ação dessa corrente de pensamento. Foi então que o Cardeal Ratzinger, escreveu um importante artigo intitulado “Eu vos explico a teologia da libertação” (Revista PR,n. 276, set-out, 1984, pp354-365). Finalmente, além de sindicatos e Igreja, a influência doutrinária a que nos referimos também chegou à maioria das universidades e às salas de aulas do ensino básico, aparelhando a formação intelectual e criando um ambiente de patrulhamento do que se fala ou escreve, que passou também a ser acusada por correntes contrárias ao marxismo, uma espécie de uma nova ditadura, agora de opinião, uma espécie de ditadura ideológica, sendo que este processo não se deu no mesmo nível e intensidade em todos os lugares, tendo em vista a vasta extensão territorial do Brasil.

Muitos outros fatos dos conflitos de difusão e a formatação da construção do pensamento no Brasil poderiam ser aqui explanadas, porém, não é o objetivo principal desta pesquisa. Dentre os mais importantes que ainda podemos citar, está o campo das artes e das comunicações. Ao constatarmos que as produções artísticas e radio/ televisivas assumiram uma militância política-ideológica, apontamos para o grau de disseminação de uma doutrinação diametral, ou seja, feita de cima para baixo, onde a fantasia diz refletir a realidade, quando que a mesma aos poucos, ao invés de refleti-la, faz a sua moldação paulatina a comportamentos e valores que minam e destroem de dentro para fora a organização do estado. Isso se dá pela difusão de comportamentos contrários à ética e aos bons costumes da sociedade liberal, que segundo Marilena Chauí, é quem dita as regras de uma sociedade preconceituosa e excludente. Mais o que seria os bons costumes? Para o filósofo e Teórico do Direito Paulo Nader, seria uma das fontes principais da estrutura das relações da sociedade no dia-a-dia. Eles, os costumes, precedem até mesmo às leis escritas, são consuetudinários, ou moldados na prática reiterada de boas ações, que são (de maneira espontânea ou induzidas) criadas pelo povo, através do uso reiterado, uniforme, que gera a certeza da obrigatoriedade. (NADER, 2011:156). Não quero com as constatações descritas até aqui, dizer que Escolas, Universidades, meios de comunicação, a arte e outras formas de expressão de conhecimentos, estejam livres da influência e da predominância de ideias em todo o mundo. Isto nos remontaria a análise existencial do homem enquanto sujeito de ação, e de uma maneira ou de outra, sempre em maior ou menor grau de influência sobre suas ações.

Em “A ordem do discurso”, Michell Foucault apresenta o que ele anuncia como hipótese ao supor que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função



conjurar os seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOCAULT, 2010:08). O autor da Microfísica do poder aponta para a ação sempre em busca do controle ou do direcionamento da formação de opinião, nos mais variados níveis de relações.

O homem tem em sua base de atuação na sociedade o reflexo de valores dos quais de maneira consciente ou de maneira inadvertida e induzida adquiriu. Não queremos também reduzir a ideologia marxista a simples constatação de que a mesma tem por base a luta de classes e a superação (destruição) do estado para a implantação de um modelo onde haveria o governo do proletariado. A obra de Marx é abrangente e nasceu das necessidades que assustavam e desnorteavam o homem diante de sua relação com o modelo capitalista que passou a fazer parte da realidade diária do operário da fábrica oprimido e expropriado de sua força de produção, como também dos “deserdados” da terra, que saíram do domínio do direito natural para o direito positivo, gerando o acúmulo das mesmas nas mãos de poucos enquanto muitos padeciam (e ainda padecem) de não ter onde morar e garantir o mínimo de subsistência possível para a sua sobrevivência. Feitas estas considerações, partimos agora para a análise de como conceitua a Democracia a escritora Marilena Chauí.

Democracia em Chauí.

Parafraseando um texto de Raymond Williams, Chauí faz um exame da mutação conceitual de alguns termos a partir do Século XVIII, dentre eles o da Democracia, quando diz que a mesma, antes significava o governo do povo e pelo povo, passando a significar, com as revoluções americanas e francesa, governo representativo, deixando de ser a forma de um regime político para tornar-se uma prática e uma luta política. (CHAUÍ, 2015:136). A reflexão da ressignificação bem se enquadra na dificuldade de se conceituara Democracia, a partir de uma lógica que se adegue a todos os tempos e lugares. Isso leva a entender que para Marilena, a sua abordagem conceitual sobre Democracia vai estar ligada ao tempo e espaço da construção e elaboração de suas teses.

Já falamos da dificuldade de conceituar democracia sob outros aspectos, como o interpretativo, por exemplo, pois em uma visão mais apurada de alguns acontecimentos



históricos, podemos vislumbrar a defesa da utilização da prática democrática em ditaduras que venham a cometer diversos crimes, e até no Facismo ou no Nazismo. Como isso pode ser? Poderia perguntar quem fizesse uma análise mais superficial de tal afirmação. Acontece que a legitimação para algumas práticas, que são escandalosamente criminosas, pode em determinadas situações ou locais, encontrar a legitimação que as autorize dentro de uma determinada “legalidade”. Em algumas situações, a escolha de como deve agir determinado governante parte da consulta e autorização dos governados. Os limites éticos para que isso seja feito podem ser colocados em dúvida, mas a história está cheia de exemplos disso. Só para contextualizar, o golpe militar de 64 no Brasil tem uma versão oficial que o legitima, destarte as críticas e conclusões em contrário.

É público e notório o engajamento de vários setores da sociedade que deram legitimidade subentendida a priori para que o mesmo acontecesse. Que depois estes mesmos setores mudaram de ideia e pediram desculpas publicamente, isto também é fato e do conhecimento de todos através de reportagens que remontam o período, como também em um editorial divulgado na página do Jornal o Globo de 31 de agosto de 2013, onde a empresa de comunicação mais importante do país em um dos trechos reconhece que “Os homens e as instituições que viveram 1964 são, há muito, História, e devem ser entendidos nessa perspectiva. O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país”. A esse respeito a Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil, todas estas instituições, como também outras já fizeram um “mea culpa”¹ sobre o assunto.

Ainda em 2013 o historiador Paulo César Bezerra lançou um livro que relata o período, onde em maio de 1964, diz o historiador, “um manifesto assinado por 26 bispos da CNBB em linhas gerais agradecia aos militares por salvarem o país do perigo iminente do comunismo”. (BEZERRA, 2013:82).

Retomando a análise na esteira do pensamento de Marilena Chauí, podemos observar que a autora deixa claro o recorte temporal pelo qual ela dá o conceito de Democracia na maioria de suas obras. Ela se refere à perspectiva do arranjo de poderes que são feitos no período pós-segunda guerra mundial, e que alimentou o fantasma da guerra fria, onde havia uma nítida

¹ Mea culpa, é uma locução latina que significa “Por minha culpa”. Locução encontrada no ato de confissão e se aplica nos casos em que a pessoa reconhece os próprios erros.



polaridade entre ideologias e formas de sistemas econômicos. É a partir dos reflexos que este fenômeno irradia sobre a América Latina, e mais especificamente o Brasil, é que a escritora se debruça. Basta observar o aberto posicionamento político e militante de Chauí para entender a visão que a mesma tem, e também aquela que as pessoas são induzidas a ter. Para tanto, a escritora afirma que os brasileiros se acostumaram a aceitar uma visão liberal de Democracia, que passa uma ideia de liberdades sem obstáculos, sendo que no campo econômico seria o mesmo que uma significação da livre iniciativa para ponderar as oportunidades de mercado.

Em pesquisa sobre o pensamento de Hannah Arendt, Eduardo Jardim aponta traços do pensamento de Marilena Chauí convergindo com a doutrina liberal, que concebe a liberdade como um conjunto de liberdades individuais e define o estado como seu garantidor. (JARDIM, 2011:75). A diferença está em quem vai garantir essa liberdade, que na interpretação de Marilena, não repousa no estado tal possibilidade, uma vez que para a escritora, o estado seria a fonte da mitigação da liberdade. No campo político e social, a Democracia seria medida por parâmetros pré-escolhidos, onde a eficácia seria o fator determinante e decidida a partir de critérios técnicos de governo, sob a direção do estado. Seria uma espécie de visão pacificada de uma sociedade que tem o seu funcionamento estabelecido e em movimento sem problemas que não fossem resolvidos por um corpo técnico de burocratas, tanto a nível econômico quanto social.

Em continuidade a abordagem da Democracia sob a ótica liberal, Chauí afirma que há ideias muito superiores na prática democrática e nas ideias democráticas, que as visões pré-ajustadas do liberalismo possam perceber. A criação de direitos seria a mais importante das missões da Democracia, e a retirada de direitos seria sério retrocesso que poderia se verificar em países que se apresentam como democráticos, uma vez que as soluções para um grande número de problemas estruturais de um país, quando guiado pela ótica liberal democrática, é optar pela busca da supressão de direitos para a readequação do sistema. Observa-se que tais observações são mais de caráter prático administrativo do que do plano teórico da conceituação. Mas essa seria o tom que marca a atividade intelectual de Marilena Chauí, a militância política como canalizadora da teoria, onde a prática vem precedida de reflexões metodologicamente elaboradas, mas que sem a ação, seriam estéreis.

Um dos traços interessantes dos postulados feitos pela autora brasileira é a escancarada marca de orientação marxista e a defesa pública dos governos do Partido dos Trabalhadores,



que já lhe rendeu fortes críticas. Todas elas em relação ao período onde a suspeita de corrupção e as sérias acusações comprometem três governos consecutivos da esquerda nos maiores escândalos políticos e econômicos da história do Brasil, culminando com o afastamento da Presidente Dilma Roussef do cargo e da prisão de Lula, que é a principal referência política de esquerda no país.

Os que se postaram contra o domínio político da esquerda no Brasil do ano 2002 até 2013, denunciavam todo um processo da construção de um discurso e planejamento de uma geração de escritores, artistas e militantes, que saiu da teoria para a prática com os governos do PT (Partido dos Trabalhadores). A princípio as conjecturas eram feitas de maneira gerais, mas com o tempo foi se personificando na figura do metalúrgico e dirigente sindical Luís Inácio Lula da Silva e posteriormente de sua sucessora, Dilma Roussef. Os dois foram eleitos através de um projeto que em sua gênese carregava as esperanças e aspirações utópicas de quem pensava construir um novo país com mais justiça social e igualdade de oportunidade a todos.

Com uma operação da justiça federal que guarda traços de semelhança com a operação mãos limpas, que aconteceu na Itália, toda materialização das aspirações ideológicas sonhadas e planejadas nas décadas de 70, 80 e 90 entraram em crise, e até mesmo um crescimento do apoio popular a grupos políticos conservadores surge em um cenário de incertezas e de aprofundamento da crise econômica. Apesar da grande maioria dos políticos do país figurarem em um escândalo de relação criminosa de troca de favores, propinas tentativas de barrar o trabalho da justiça, é sobre políticos que eram abertamente defendidos por Marilena Chauí que recaem o mais duro golpe de frustração e decepção.

Os fatos narrados acima têm o objetivo de contextualizar o campo de atuação da filósofa e teórica Marilena Chauí. O seu conceito de Democracia pressupõe uma atuação prática, e tal prática pode ser temerária quando envolve a contrapartida efetiva de atores que podem ou não corresponder no plano concreto com o que foi elaborado no campo teórico. Seu conceito sobre Democracia e militância tem sofrido reveses, como os descritos no parágrafo anterior, como também tem sido alvo de críticas, como a do escritor Olavo de Carvalho, que diz que a fusão indissolúvel do ofício intelectual com a militância partidária tem sido uma opção pela farsa. (CARVALHO 2013:296).

Apesar das críticas que as posturas políticas partidárias dos postulados científicos estão sofrendo neste momento no Brasil, cabe ressaltar que o papel de intelectual em terras guaranis



vem assumindo há tempos um papel que perpassa a Cátedra, em uma ousada ligação do silêncio da elaboração das teses com a gritante realidade que salta aos olhos nas esquinas, onde vivem os desafortunados da seletividade do capitalismo. No caso do Brasil, estes desafortunados seriam bastardos das relações patronais descritas por Raymundo Faoro em “Os donos do poder”. Em um país marcado pela organização social e política refém de interesses dissociados do bem comum, cabe também aos intelectuais, em certa medida, fazer de suas pesquisas uma porta voz da denúncia das injustiças. Este tem sido a projeção do papel da historiografia que se libertou da engessada descrição de fatos elevando a figura dos vencedores, para narrar e também buscar entender a dor, o sofrimento, mas também as esperanças e as aspirações dos vencidos. Estes tem sido os ecos da nova-história e da micro-história, ao propor uma abordagem de personagens que são partícipes dos acontecimentos, independentemente de sua origem ou classe social.

E a Ciência Política? Até que ponto seus teóricos podem adentrar na sensibilização mais próxima da ação para os problemas dos quais discorre? Marilena Chauí estaria errada em deixar com que traços marcantes de militância político-partidária desse o tom de algumas de suas elucubrações?

Partindo do pressuposto de que a Ciência Política se propõe ao estudo da própria política, dos sistemas, organizações e dos processos de governo, entende-se que estes processos seriam a maneira de atuação, na, e das organizações, instituições e demais protagonistas sociais dos fatos políticos. Neste interim, pode-se pressupor como válida a atuação, por vezes polêmica, de Marilena Chauí. O julgamento de quem não concorda com o alinhamento de um teólogo com determinada corrente ideológica, pode estar sendo feito por critérios de repulsa ao outro, feito por inspirações alheias ao debate científico.

Outro aspecto importante da abordagem do conceito Democracia, feito pela escritora brasileira, é a visão de que no Brasil a burguesia ou as elites formataram uma ideia de Democracia onde não há participação, no campo das decisões, de setores dos excluídos da sociedade, de forma tal, que uma espécie de permissão desautorizada (grifo meu) conduz a escolha do que é bom e importante para a maioria, sem a efetiva participação da mesma. No capítulo do livro Cultura e democracia, intitulado: “Democracia e Socialismo, participando do debate”, a teórica afirma que em nosso caso, a questão democrática nunca esteve voltada para o alargamento das franquias democráticas (negros alforriados e imigrantes, de jure et facto, não



tem direito a voz e voto), mas, em geral, democratizar sempre significou, de um lado, impedir por vias legais a emergência de forças populares democráticas. (CHAUÍ, 2011:221).

Ao abordar a visão da exclusão de setores da sociedade, Marilena não parece fazer uma ligação de fatos temporais que poderiam ser levados em conta para que tais situações fossem determinadas com maior amplitude. O Brasil é um país que foi colonizado pelos portugueses a partir de 1530, pois o ano de 1500 seria o marco da apropriação oficial das terras, depois de acordos com a outra potência ultramarina do século XV, que é a Espanha. Foi somente três décadas à frente da virada do século XIV para o século XV, que o governo português implementou medidas para o início ostensivo da colonização, com a busca de riquezas que seriam aqui exploradas e comercializadas em um contexto de mundo que dava início ao processo de globalização.

A determinação do início da globalização neste período, não é pacífico entre os historiadores que tratam sobre o tema, utilizei aqui a visão de Alexandre de Freitas Barbosa, que na obra “O mundo globalizado”, identifica que o processo de globalização iniciou com as grandes navegações. Sob este aspecto, de observáveis lacunas temporais, que algumas considerações da autora apresentam fortes traços de ilações, que segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, seria o que resulta de um raciocínio, de uma dedução. (FERREIRA, 2010:408).

Com vistas a perscrutarmos a inobservância de outros fatores que poderiam ampliar a base de pensamento de Marilena Chauí, podemos discorrer sobre algumas obras e autores que dão importante contribuição para a tentativa de desvendar os atores e os cenários históricos em cinco séculos de história, e como algumas destas referências poderiam ser importantes para a busca do conceito de Democracia da autora. Só para citar alguns dos mais importantes, na pesquisa de Darcy Ribeiro, em “O povo brasileiro”, acompanhamos uma tentativa de explicar porque o Brasil ainda não deu certo. Lançado pela editora Companhia das letras, as mais de 400 páginas do livro escritas pelo antropólogo, que foi lançada em 1995, dois anos antes de sua morte, faz uma análise de vários brasis dentro do Brasil e a complexa gênese do que chamamos de povo brasileiro. A formação e a gestação étnica dos que aqui fizeram mais de 500 anos de história, tem características profundamente marcadas pela miscigenação e uma espécie de fusão biológica e cultural. Será que todo este processo, e o que foi originado dele, não teria peso



também nas ponderações sobre a construção de um conceito de Democracia em terras brasileiras?

No livro “A formação das Almas”, de José Murilo de Carvalho, a busca de se determinar um rosto da República a partir da construção do novo que emerge da revolução de 1889, leva a flagrante constatação de que somente alguns setores da sociedade atuaram para que a nova ordem institucional fosse implantada. Desta feita, com base também em um processo de exclusão e de seletividade de acesso ao campo das decisões de interesses coletivos, Carvalho delinea o ambiente do final do século XIX em que o Brasil buscava uma identidade em um cenário com fortes traços provincianos, ou seja, onde uma minoria que decidia por uma maioria não foi capaz de aderir a estratégias de inclusão e de compromisso com o nacional.

Foi através da construção de estereótipos e do culto a símbolos, que se formatou a sociedade que adentrava o século XX com heranças do patrimonialismo e do clientelismo, que eram as forças marcantes do coronelismo, que muito tinha marcado as relações sociais e políticas do país. Tal dinâmica perpassou a política dos governadores e arraigou-se nas fases subsequentes da República, que já nascia com patologias que eram tidas como parte silenciosa de uma aspiração que já nascia enviesada.

Faz-se necessário relembrar que no início deste trabalho, chamamos a atenção para o recorte temporal, que entendemos que inspira Marilena Chauí na sua construção conceitual de Democracia, que seria o Brasil do século XX. A abordagem e a alusão feita a alguns autores, que discorrem sobre a origem e formação do povo brasileiro, acontece assim com o propósito de verificar a falta de uma ligação mais equânime dos fatos e fatores que influenciaram a construção de uma ideia de Brasil, e, por conseguinte também, de um conceito de Democracia por parte da autora, o que reforça a ideia da constatação de que seus escritos tem uma forte, e por vezes, temerária influência ideológica, deixando de levar em conta outros fatores para a concatenação de sua linha de pensamento.

Com a proclamação da república poderia subentender-se que a Democracia iria encontrar um ambiente ideal para canalizar as transformações de fazer do Brasil uma nação estável, e com o mínimo de aproveitamento de suas riquezas naturais para ser revertidas em progresso para o povo brasileiro. Essa dedução poderia ser abstraída dos idealistas, que até deram a vida por estas transformações. Na divergência presente nos episódios que marcaram a preparação para a inconfidência mineira, período ainda da tentativa de independência da coroa



portuguesa, se observa de maneira muito clara que rupturas e continuidades exerciam uma forte pressão nas discussões, que vão desde a manutenção ou fim da escravidão a privilégios atrelados a quem exerce o poder. Desde sempre no Brasil, foram pensadas mudanças, desde que não se mudasse tanto, e é nestas idas e vindas que avançamos e por vezes regredimos em aspirações e concretização de projetos para a construção do que chamamos Brasil.

Uma pesquisadora com a carga de conhecimento, que Marilena Chauí apresenta ter, deve conhecer a fundo os exemplos que demos aqui, e até muito mais. Então porque um recorte temporal ideológico aparentemente permeia suas conjecturas sobre o conceito de Democracia?

Mais o que seria essa influência marxista de que tanto Marilena Chauí é criticada? Principalmente por ser uma intelectual militante e de abertamente se determinar como alinhada aos discursos políticos de representantes que se denominam de esquerda?

Para tentar investigar o que seria esta influência, que é declarada e por vezes tem-se a impressão de estar dissimulada na autora, faz-se necessário também buscar entender o que seria esta influência ideológica marxista. Para tanto é necessário entende-la como um contraponto ao modelo econômico capitalista, onde os meios de produção são de uma classe, a burguesia, que expropria o trabalho de uma outra, que seria a classe operária. Somente a revolução desse arranjo em que a sociedade está hierarquizada pode levar ao triunfo de um governo proletário com a destruição do estado e sua substituição por uma sociedade sem classes e sem propriedade privada, onde tudo é de todos e para todos. Dessa forma esta ideologia se instalou enquanto modelo político e econômico na Rússia, posteriormente na China, e depois da segunda guerra mundial, nos países sob influência da União Soviética. Nestes países vislumbrava-se um alcance mundial de tais ideais. A partir do final da década de 80 o mundo acompanhava o colapso das economias dos países que tentaram implantar tal modelo, como também a abertura econômica de outros, como a China, para com isso garantir a sua sobrevivência. Este foi a um breve relato da influência marxista na Ásia e leste europeu, que pode ser compreendido a partir da obra de Marc Ferro “A reviravolta da História, onde se lê trechos que dizem que “a falência do modelo econômico soviético desarmou todos aqueles que, marxistas ou não, haviam se inspirado naquela experiência para melhorar o sistema capitalista. (FERRO, 2011:93).

No continente americano, as lutas armadas foram bem-sucedidas em Cuba, sendo que nos demais países da América latina, a tomada do poder por militares forçou uma mudança de



estratégia, sendo que a luta que era preparada para acontecer feita por guerrilhas, assumiu o plano ideológico, e muitos aderiram a essa luta, defendendo para a América um antídoto para estancar a hemorragia das “Veias abertas da América Latina”, que descreve Eduardo Galeano em um livro que narra a história de expropriação e de opressão dos povos da América, e consequentemente do Brasil. Neste interim a miséria de seu povo, contrastada com as riquezas naturais e o potencial do país, dava o combustível necessário à tentativa de mudança no sistema político e econômico brasileiro e de outros países latino americanos. E é com o relato do menino esfarrapado que contempla, com um brilho no olhar, o túnel mais longo do mundo, inaugurado no Rio de Janeiro, que Galeano arremata: “O menino esfarrapado está orgulhoso de seu país, e com razão, mas é analfabeto e furta para comer”. (GALEANO, 2013:327).

O que instiga essa busca de revolução armada e que depois, sob a influência das estratégias de “tomada por dentro” do poder, extraídas das máximas de Antônio Gramsci, é que queremos entender como também sendo influência marxista. É a partir da mudança dos campos de operações de busca pela transformação das bases da sociedade que verificamos o aparecimento dos intelectuais orgânicos. Em outro ponto deste trabalho já discorremos sobre eles, e é importante frisar que os mesmos não são vistos de maneira pejorativa ou como bitolados ou radicais. Muito se tem direcionado críticas para tais intelectuais, porém, estabelecer critérios para identifica-los, não seria tão aticientificista quanto os postulados que se acredita ter sido por eles elaborados?

O próprio conceito de Democracia não pressupõe a pluralidade de pensamentos e posicionamentos políticos e ideológicos? O fato é que, o que se busca proteger de maneira primordial nas democracias, é o respeito às leis e a liberdade, e muito se tem discutido sobre a maneira como são pregadas as aspirações de implantação de modelos de governos socialistas, que invariavelmente se transformam e ditaduras de governo, mesmo os seus representantes tendo sido conduzidos aos cargos pelo voto popular. O caso da Venezuela é emblemático, sendo que a Bolívia e o Equador têm apresentado situações muito parecidas. A influência marxista de Marilena Chauí, portanto, estaria ligada a ela identificar, e até mesmo defender, formas de organização políticas que sucumbiram no leste europeu e Ásia, e que nas Américas apresentam dados alarmantes de corrupção e de indução à utilização dos pobres como massa de manobra para perpetuação no poder de governos, que vão mudando aos poucos a dinâmica das relações sociais, reformulando e ressignificando valores e símbolos democráticos.



Estaria errada uma conceituação de democracia feita por alguém sob a influência marxista? Não, não há leis que façam a previsão disso e nem de consensos a este respeito. Estaria Marilena Chauí errada em se postar declarando apoio publicamente à políticos e à partidos políticos? Também não acordamos que seja certa tal ideia, uma vez que é do cidadão livre, consciente e atuante que esperamos que saia o escritor que possa respeitar todas as correntes de pensamento.

Conclusão.

Para concluir este trabalho, retomamos de maneira mais objetiva a missão que vislumbramos cumprir, que foi conceituar Democracia a partir da visão de um escritor brasileiro. Dessa maneira, observamos em Marilena Chauí a coragem e a determinação em defender seus postulados, atributos estes que sentimos faltar em alguns de seus críticos. Muito mais que elaborar e refletir, Chauí se sente compelida ao protagonismo histórico de ser partícipe do momento em que se desenrola os acontecimentos pertinentes às suas pesquisas.

A dinâmica do conhecimento pressupõe o respeito e o reconhecimento de todos os postulados, desde que esteja dentro da lei e do rigor científico de produção. As democracias europeias ainda apresentam em suas disputas eleitorais, muitos adeptos de plataformas políticas que poderíamos classificar como alinhadas ao pensamento marxista. Só para contextualizar, a edição eletrônica do jornal El país de 16 de abril de 2018, mostrava um empate técnico entre candidatos que disputam as eleições na França, sendo que o socialista Benoît Hamon, apresentava 7,5% das intenções de votos, o que demonstra que em todos os lugares do mundo a pluralidade de opiniões e de plataformas de pensamento, que são importantes para a Democracia, é que devem dar o tom para o diálogo popular, e principalmente o acadêmico.

Não é objetivo deste trabalho esgotar o assunto sobre Democracia em Marilena Chauí, pelo contrário, com tal abordagem queremos ratificar nossa disposição de avaliação e reavaliação dos acontecimentos históricos e científicos, sendo que demonstramos grande respeito e consideração por essa escritora escolhida para a nossa pesquisa. Nota-se claramente que o conceito de Democracia em Marilena Chauí tem fortes traços de ideais da Social democracia, que seria uma versão readequada do socialismo utópico. A autora demonstra



sintonia com as novas demandas sociais que pressupõem algumas modificações na postura política dos que vêm na política liberal uma continuação de dominadores e dominados, em luta por ideais diferentes. Enquanto o capital acumula e gera exclusão, as classes populares lutam por uma distribuição mais equilibrada de riquezas e de acesso à qualidade de vida, que historicamente seria negada pelos que dominam, e essa dominação se dá, segundo a autora, pelo controle dos meios de comunicação e do aparelho militar de repressão do estado, acrescentando também a família como instrumento de dominação.

Poucos autores conseguem explicar de forma mais direta as formas e os meios para que isso possa ser alcançado, pois, para ela, só com a mudanças da estrutura da sociedade brasileira, que se organiza sob um estado forte e representando o interesse burguês, é que podemos viver democracia em seu sentido mais justo com direito para todos.

Cercada de polêmicas por suas afirmações em público, Marilena segue com sua postura de escritora, pesquisadora e participe dos acontecimentos de seu tempo.

Referências Bibliográficas:

AZEVEDO, R. **O país dos petralhas II. O inimigo agora é o mesmo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2012.

BIOGRAFIA de **Marilena Chauí.** Disponível em: <http://www.infoescola.com/biografias/marilena-chauí/>. Acesso em: 20 mar. 2017.

BOFF, L. Igreja, carisma e poder. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CHAUÍ, M. **O discurso competente e outras falas.** 13. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patrimônio político brasileiro.** 16. ed. São Paulo: Globo, 2004.

FERREIRA, A. B. H. **O dicionário da língua portuguesa.** 8. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2010.



FERRO, Marc. **A reviravolta da história: a queda do Muro de Berlim e o fim do Comunismo**. Tradução de Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2011.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 20. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 49. ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

GALASTRI, L. **Gramsci, Marxismo e Revisionismo**. Campinas: Autores Associados, 2015.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: Ed. L&PM, 2013.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

EM 1964, **OAB apoiou o golpe militar, mas se arrependeu depois**. Disponível em: http://www.huffpostbrasil.com/2016/03/31/em-1964-oab-apoiou-o-golpe-militar-mas-se-arrependeu-depois_a_21689832/. Acesso em: 23 mar. 2017.

JARDIM, E. **Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.

MARX, K. **O manifesto comunista**. Tradução de Maria Lúcia Como. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.

NADER, P. **Introdução ao estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SITE da Editora Cleofas **sobre Teologia da Libertação**. Disponível em: <http://cleofas.com.br/o-que-e-a-teologia-da-libertacao/>. Acesso em: 20 mar. 2017.

VALÉRIO, M. E. **Entre a cruz e a foice: Dom Pedro Casaldáliga e a significação religiosa do Araguaia**. Jundiaí: Ed. Paco Editorial, 2012.